

## ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NOS CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ESTUDO EXPLORATÓRIO DA UFPR

MARIA LUIZA VIANA PEREIRA<sup>1</sup>

ORIENTAÇÃO: TIAGO COSTA SANCHES<sup>2</sup>

### RESUMO

Tendo em vista a criação e implementação da lei 10639/2003, que regulamenta a obrigatoriedade do ensino de história da África e da cultura africana e afro-brasileira o presente trabalho tem origem em um pré-projeto sobre as perspectivas de África presentes nos currículos na formação inicial de professores a partir de 2012 na primeira turma da disciplina História da África na Universidade Federal do Paraná. Portanto, o objetivo deste estudo é verificar se o currículo se propõe a discutir as propostas da lei 10639 considerando esta proposta na formação do professor de história. Neste sentido, através de uma breve análise das bibliografias que abordam os temas África e relações África-Brasil no curso História da África para licenciatura em História investigamos quais conteúdos históricos estão presentes no currículo de formação de professores. Cabe ressaltar importância de estudar os temas África e afro-brasileiros elencados na legislação sobre pressupostos da própria ciência de referência, reconstruindo assim a partir de uma perspectiva traumática dessas relações históricas o processo de orientação histórica dos alunos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lei 10639/2003, Currículo, Formação de professores.

### INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste estudo é verificar se o currículo de cursos de história na Universidade se propõem a discutir as propostas da lei 10639 considerando esta proposta na formação do professor de história. Caso esta formação ocorra, como ela acontece? Quais conteúdos são trabalhados? É pensado o ensino deste conteúdo em sala de aula?

Para isso, será feito estudo exploratório do plano de aula de 2012 da primeira disciplina de história da África obrigatória na grade curricular do curso de história bacharel e licenciatura da Universidade Federal do Estado do Paraná. Através de uma análise de conteúdo e bibliográfica podemos tirar amostras para responder que tipo de aprendizagem

---

1 Estudante do 6º período do curso de graduação em História grau licenciatura na Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). E-mail: [marialu.vpereira@gmail.com](mailto:marialu.vpereira@gmail.com)

2 Professor na Universidade Federal da Integração Latino-americana; orientador de projetos de pesquisa desenvolvidos a partir da disciplina Laboratório de Ensino de História I e II no ano de 2015, do qual tem origem este artigo.

as escolhas feitas neste currículo propiciam à formação inicial do professor e de que forma debatem o tema voltado para a atuação na educação.

Até a década de 90 o estudo historiográfico da relação afro-brasileira a ser estabelecida está focada nas relações que o Continente estabeleceu com o Brasil desde a diáspora africana pelo atlântico, trazendo escravizados. Porém, o texto da lei 10639/03, que sanciona o ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras exige a reflexão sobre de que África e de que africanos estamos falando. Sendo assim, podemos afirmar que a implementação da Lei 10639/2003 que orienta a obrigatoriedade do ensino de História da África e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas de todo o país propiciou um intenso debate sobre o tema.

Para construir os argumentos da lei foi necessária uma progressiva e lenta mudança de referenciais teóricos das pesquisas historiográficas de África passando de estudos políticos sociais, para culturais, geográficos, história, arqueologia. Mas, a mudança do foco de reflexão do estudo do colonialismo passou também por reflexões que partiram de movimentos sociais, como o movimento pan-africanista nas Américas e na África, e o movimento negro no Brasil, que tem como um de seus princípios a superação do eurocentrismo sobre a historiografia de África, mostrando os movimentos políticos em África como anti-hegemônicos.

Partindo da concepção da educação institucional como formação político-social, é importante considerar o contexto político das discussões sobre educação entre organizações internacionais. Este discurso está presente no programa *Educação para Todos*, discutido na Conferência Mundial de 1990, com a presença da UNICEF, UNESCO, PNUD e Banco Mundial.

A ampla mobilização do movimento negro e outros movimentos sociais, somada aos acordos internacionais firmados em 2001, - por ocasião da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e realizada em Durban, África do Sul - , trouxeram mudanças significativas para o país.

Dentre os compromissos assumidos em Durban, as políticas de ação afirmativa se constituíram como uma das metas para o Estado brasileiro. Nesse sentido, o aumento da pressão popular por medidas de reparação social e os acordos firmados em Durban levaram a alteração da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) sancionando a Lei 10.639 no ano de 2003. (DA SILVA, BATISTA DA SILVA, 2015, p.9)

Importante notar que em 2004, logo após a implementação da lei 10639 de 2003, no parecer do Conselho Nacional da Educação aparecem referências ao pensamento afrocentrado e a pedagogia griô, como forma de trabalhar uma história da África dialogada com o mundo e com o cotidiano na sala aula.

[...] além do fato de estarem ausentes nas formações iniciais dos docentes, mobilizam uma reorientação epistemológica da interpretação da história: ao papel dos anciãos e dos griots como guardiões da memória histórica; - à história da ancestralidade e religiosidade africana; - aos núbios e aos egípcios, como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade; - às civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos do Mali, do Congo e do Zimbábwe; - ao tráfico e à escravidão do ponto de vista dos escravizados...ao papel dos europeus, dos asiáticos e também de africanos no tráfico; - à ocupação colonial na perspectiva dos africanos; - às lutas pela independência política dos países africanos; - às ações em prol da união africana em nossos dias, bem como o papel da União Africana para tanto; - às relações entre as culturas e as histórias dos povos do continente africano e os da diáspora; - à formação compulsória da diáspora, vida e existência cultural e histórica dos africanos e seus descendentes fora da África; - à diversidade da diáspora, hoje, nas Américas, Caribe, Europa, Ásia; - aos acordos políticos, econômicos, educacionais e culturais entre África, Brasil e outros países da diáspora. (BRASIL, 2004, p. 12)

A aplicação da lei 10639/03 ainda tem que enfrentar desafios como a cultura e estrutura escolar, a superação de preconceitos na historiografia da África e no estudo de África não como continente homogêneo, mas diverso e principalmente na formação de professores. No caso do Brasil, pensar o movimento de diáspora africana não apenas a partir do período de escravatura, mas considerar essa descendência como resistência das culturas.

O que deve ser debatido não é a aplicabilidade igual e uniforme da Lei Federal 10639/02 por todas as escolas do Brasil para então desconstruir o problema racismo na sala de aula. O objetivo não é encarregar a escola de mais conteúdo descolado da realidade, tratar de história da África e cultura afro-brasileira, Xavier de Paula (2013).

O documento Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das

Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, deixa claro seu posicionamento a respeito do reconhecimento das pessoas negras, da descendência africana cultural e histórica a ser valorizada no âmbito educacional.

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura, sua história.[...] Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor de sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra. (BRASIL, 2004, p. 12)

Definindo a educação como um meio de criar condições para combater o racismo, compromete-se com o acesso à educação para abrir espaço a estudos sobre a comunidade negra a partir destes mesmos. Neste sentido, a abordagem da educação histórica sobre o que deve ser ensinado contribui para trabalhar as problemáticas históricas em torno do negro no Brasil com objetivo de desnaturalizar o racismo e o apagamento do negro na história.

A perspectiva da educação histórica pode contribuir num diálogo que torne mais complexa a consciência histórica traumática de muitos jovens em relação às referências que recebem sobre o sofrimento dos escravos, a distância cultural e racial com África como estigma de inferioridade, no cotidiano, nos relatos históricos e imagens de livros didáticos.

[...] No aprendizado histórico, os quadros de orientação da vida prática modificam-se. São historicizados e, por isso, enriquecidos com um “senso de realidade”. [...] Com essa temporalização interna, relativiza-se fortemente tanto as relações dos formandos consigo mesmos quanto sua posição na vida social do presente. Poder-se-ia dizer que considerar isso quando como perder os pés no chão, como vulnerabilidade do agir formativo, se não se tratasse de um processo de desdogmatização dessas relações subjetivas e da estimativa da própria posição na sociedade. (RÜSEN, 2009, p. 117)

Construindo assim, identidades com base em conhecimento histórico que possa conduzir orientações de um futuro que combata o racismo e discriminação desde o processo de formação inicial de professores de História.

O ensino de História da África no Brasil, como campo de investigação, tem sofrido um significativo avanço nos últimos anos. Parte deste processo pode ser explicado pela implementação da Lei 10639/2003 que orienta a obrigatoriedade do ensino de História da África e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas de todo o país.

No entanto, a existência da lei não garante a aplicabilidade dela nos mais diversos currículos de universidades, realidades sócio-escolares e a produção cautelosa do

mercado de livros didáticos. A lei não regula as ações do professor, pois a formação destes em relação ao tema durante seus estudos acadêmicos não foi cobrada antes da lei e a carga de trabalho do professor no Brasil dificulta a formação continuada.

Em pesquisa focada na aplicabilidade da lei 10639/2003 Benjamin Xavier de Paula (2013) afirma que novas didáticas e pesquisas possibilitam aproximações entre a cultura africana da cultura afro-brasileira.

Avançar na perspectiva de uma pedagogia das africanidades como possibilidade de tratamento teórico-pedagógico das questões pertinentes à educação de modo geral, e da educação para as relações raciais e étnicas, bem com, do ensino de História e Cultura África e afro-brasileira de modo particular, é tarefa dos pesquisadores que de várias maneiras trilham os caminhos da educação, da formação de professores.”(XAVIER DE PAULA, 2013, p.98)

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E APRENDIZAGEM HISTÓRICA: A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA DA ÁFRICA**

Recentemente no Brasil pesquisas realizadas no âmbito da Educação Histórica tem apresentado possibilidades de investigação sobre Ensino de História a partir da própria ciência de referência, a História. Investigar o Ensino de história da África e das culturas afro-brasileiras a partir da teoria história possibilita um olhar ampliado sobre o tema. Os conceitos de consciência histórica e memória histórica, de Jörn Rüsen, mesmo dentro de sua pretensão universalista, dizem respeito a condição humana em lidar com as crises de identidade e memória nos conflitos com o “outro” no espaço da sociedade e da história.

Com os conceitos de Rüsen sobre consciência histórica, trauma e memória histórica, propomos uma reflexão sobre como abordar a história da África como objeto de conhecer o continente. Mas, também de reconhecer, a história e cultura afro-brasileiras, em direção a formas de superar as problemáticas, traumas, das relações étnico-raciais no Brasil. Utilizando destes conceitos como ferramenta para analisar recortes históricos e usos do passado em currículos de ensino na universidade.

O trauma, como uma classificação de memória, uma experiência

específica do passado que atinge as pessoas, as condiciona a interpretar o presente para reagir a essa memória do passado. Ou seja, agir no presente tendo o passado como exemplo negativo reinterpretando o passado no presente, imaginando um futuro diferente.

(...) a memória histórica e a consciência histórica têm uma importante função cultural: elas formam e expressam identidade. [...] A memória histórica e o pensamento histórico desempenham essa função de formar identidade em uma perspectiva temporal; pois é a mudança temporal dos seres humanos e de seu mundo, sua experiência frequente das coisas tornando-se diferente daquilo que se espera ou planejava, que ameaça a identidade e familiaridade nos manter o mundo e o “eu” familiares ou para readquirir esta familiaridade nos casos de experiências de transformações extraordinariamente perturbadoras. (RÜSEN, 2009, p.173)

### **EDUCAÇÃO HISTÓRICA E APRENDIZAGEM HISTÓRICA: O QUE COM A HISTÓRICA: O QUE APRENDER COM A HISTÓRIA DA ÁFRICA?**

Pode-se afirmar que a implantação da lei 10.639/2003 provocou uma importante mudança no ensino de História da África no Brasil. Além de pesquisas sobre possibilidades de aplicação da Lei, pode-se verificar pesquisas específicas que investigam os efeitos desta lei na formação de alunos. Sobanski (2013) analisa questionários coletados em escolas portuguesas e brasileiras, com estudantes de 13 e 15 anos de idade do 9º ano do Ensino Fundamental e com professores.

A autora compara as respostas de estudantes portugueses e brasileiros de escolas públicas no ensino fundamental de 9º e 8º anos, sobre a importância de estudar história da África. Seu objetivo é mostrar como a consciência histórica construída em torno da narrativa nacional afeta e diferencia no modo como aprenderam a história de seus países relacionados historicamente de diferentes maneiras com o Continente.

Para os brasileiros, a constatação de senso comum de que seria mais justo estudar África porque ela está ligada à escravidão e a quantidade de negros hoje no Brasil. Para Sobanski a formação do professor sobre África e informações de senso comum acessadas pelos estudantes influem em como descrevem a importância de se estudar história da África.

É neste sentido que deve-se considerar o processo de formação de professores como um fator importante, mas não sozinho, como forma de subsidiar o professor

com o conhecimento histórico sobre África e cultura afro-brasileira para desvincular a negatividade da visão do negro em relação ao passado da escravidão nas aulas de história.

Formação [histórica] é a capacidade de se contrapor à alteridade do passado, de levantar o véu da familiaridade que se tem com o passado camuflado na vida prática presente e de reconhecer o *estranho*, assim descoberto, como próprio. (RÚSEN, 2007, p.108)

Isto é, aprimorar as possibilidades de aprendizagem do aluno trazendo ferramentas que liguem o conhecimento do passado a problemas presentes. A aprendizagem história tem um objetivo mais complexo, pois o África não deve ser apenas mais um componente curricular obrigatório sobre o passado, mas compreender as carências de orientação constadas por Benjamin e Sobanski como o eurocentrismo e o racismo como problemas ainda presentes nas narrativas de professores.

### **FORMAÇÃO DOS ALUNOS DA UFPR EM HISTÓRIA DA ÁFRICA- Estudo exploratório do currículo:**

A construção do currículo para Goodson (1997) é cultural e política, pois os conceitos de aprendizagem e os discursos estudados estão prescritos por leis, disputas ou não na sociedade entre movimentos sociais de classes e interesses distintos, pois o movimento de debate ou de inércia têm alicerces culturais e históricos. A padronização das bases teóricas e temas dos currículos são formas de direcionar recursos e investimentos para cada área, tornar comum conhecimentos e formatos de planejamento escolar.

O currículo escrito define as racionalidades e a retórica da disciplina, constituindo o único aspecto tangível de uma padronização de recursos (financeiros, avaliativos, materiais, etc.). Nesta simbiose, é como se o currículo escrito servisse de guia à retórica legitimadora das práticas escolares, uma vez que é concretizado através de padrões de afectação de recursos, de atribuição de estatuto e de distribuição de carreiras. (GOODSON, 1997, p.20)

Tomás Tadeu da Silva e Antônio Flávio, trazem uma perspectiva mais dinâmica de como se dá a relação entre educação, currículo e escola. “A educação e o currículo não atuam, nessa visão, apenas como correias transmissoras de uma cultura

produzida em um outro local, por outros agentes, mas são partes integrantes e ativas de um processo de produção e criação de sentidos.” (SILVA; MOREIRA; 1994, p. 26-27)

[...] Os textos que se produzem não podem ser fechados e nem têm sentidos fixos e claros. As políticas estão sempre em processo de vir a ser, “sedo múltiplas as leituras possíveis de serem realizadas por muitos leitores, em um constante processo de interpretação das interpretações.”

Primeiramente, é importante conhecer o campo de estudos do docente responsável pela primeira turma da disciplina de História da África para discentes de história licenciatura. Seu nome é Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, porém é mais frequente que se apresente como Marion; a sub-área em que atua é a história política, com foco em nazismo,

ditaduras,  
imperialismo  
, com um  
trabalho  
específico  
sobre o  
imperialismo  
alemão em  
África.

História da África  
HH 117  
Professora Marion Brepohl de Magalhães  
1. Semestre/2012

Programa

1. A inserção do ensino da História da África no Brasil recente
2. Historiografia: Eurocentrismo, pós-colonialismo, perspectiva transnacional
3. Colonização e Imperialismo
  - 3.1. Expansão e conquista
  - 3.1. Escravidão e trabalho forçado
4. Relações colonizador/ colono/ colonizado
5. Descolonização: o ponto de vista das metrópoles
6. Descolonização: os movimentos de independência
7. África no contexto da globalização

Bibliografia básica:

3

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.  
 BANTON, M. *A idéia de raça*. Lisboa: Setenta, 1977.  
 BASTOS, C., ALMEIDA, M. & BIANCO, *Trânsitos coloniais*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.  
 BREPOHL, M. *Imaginação literária e política: os alemães e o imperialismo*. Uberlândia: EDUFU, 2010.  
 FERRO, Marc. *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.  
 HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: Culture, Identity, and the Atlantic Slave Trade, 1600-1830*, Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010.  
 HOBBSBAM, Eric. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.  
 KI-ZERBO, Joseph, *História da África Negra*, 2 volumes, Lisboa: Europa-América, 1991.  
 LOVEJOY, Paul, *A escravidão na África: uma história de suas transformações*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.  
 M'BOKOLO, Elikia, *África negra: história e civilizações*, tomo I, "Até ao Século XVIII", Lisboa: Vulgata, 2003, tomo II, *Do século XIX aos nossos dias*, Lisboa: Colibri, 2007; edição brasileira: Salvador & São Paulo: EDUFBA & Casa das Áfricas, 2009.  
 OLIVER, R. *A Experiência Africana*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994.  
 PRATT, Mary. *Os olhos do império*  
 SAID, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995  
 SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.  
 THORNTON, John, *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico*, Rio de Janeiro & São Paulo: Campus Elsevier, 2003  
 VÁRIOS (um organizador por volume), *História Geral da África*, 8 volumes, Brasília: UNESCO/Ministério da Educação do Brasil/Universidade Federal de São Carlos, 2010 (pode descarregar-se na íntegra: ver ligação externas)

quanto ao uso  
que o  
professor faz  
sobre o  
currículo,  
apenas  
podemos

3 Plano de aula da primeira disciplina obrigatória de História da África no curso de História no primeiro semestre de 2012. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2011/12/HH117.pdf>



inferir que o cronograma montado serve para uma linha de raciocínio que não é fixa, pois as dificuldades da turma podem levar o professor a mudar sua metodologia de abordagem do tema proposto, ou até mesmo mudar o cronograma conforme pense ser necessário, já que os professores universitários possuem liberdade de cátedra.

[...] De acordo com Lopes (2006), na política curricular não é possível separar as políticas e práticas curriculares, nem desconsiderar suas interrelações. Dessa forma, a política curricular é, assim, uma produção de múltiplos contextos sempre produzindo novos sentidos e significados para as decisões curriculares nas instituições escolares. (BALL, apud SOARES, 2011, p.151)

Entretanto, a sistematização, a linha do tempo criada e a bibliografia escolhida para se pensar os acontecimentos históricos em África, podem dizer muito sobre a formação do docente, assim como demonstra sobre quais temas interessa que futuros professores se formem enquanto outros temas da história africana não são discutidos.

No campo prático da formação, tratar de racismo significa não apenas localizar sua existência na história, mas, ao conhecer esta história, de lutas, de exploração velada e submissão, utilizar estes problemas para mobilizar a identificação e alteridade crítica. Mesmo que a disciplina não seja voltada a didática e metodologia do ensino, pensar como os problemas históricos são estudados na escola também faz parte da formação de um futuro professor ou historiador crítico a realidade. Isto é, a formação histórica significa entender a História como uma dinâmica que pode ser articular e mobilizar sentidos diferentes sobre o futuro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através dos dados da pesquisa de Sobanski (2013) podemos demonstrar o tema história da África é relevante para estudantes brasileiros do ensino fundamental devido a um trauma histórico com a escravidão no Brasil presente no senso comum. Entretanto, esta afirmação é justificada pelos estudantes pelo número da população negra no Brasil que estaria relacionada com alguma herança da escravidão. Entretanto, estudar história da África não tem a mesma relevância que a história de outros continentes, pois ao perguntar à professora se algum conteúdo foi desenvolvido, ela declara em entrevista a Sobanski que não teve formação a respeito de história e cultura afro-brasileira ou africana.

É fundamental para que a formação histórica dos futuros docentes seja possível que a narrativa sobre o passado esteja composta por problemáticas. Que devem instigar como resposta uma identificação com o passado, o discernimento e enfim a elaboração de um novo sentido, para formular uma resposta. Isto não acontece quando a narrativa do passado é apresentada como estática e sem vida, apenas por marcos de fatos. (RÜSEN, 2009)

Deste modo, a Educação Histórica na formação de professores nos cursos de licenciatura em história é mais do que uma metodologia, é um modo de pensar educação e a história a partir de problemas como o racismo e perguntas orientadas pelo conhecimento histórico e pela prática presente para desenvolver um sentido de futuro.

Tanto a pesquisa de Sobanski quanto a tese de Xavier de Paula apontam para o problema na formação de professores para trabalhar história da África. Ambos constatarem, a primeira por entrevistas, o segundo por investigações em cursos continuados e na universidade de Uberlândia, que o curso de história da África, ou a abordagem da cultura afro-brasileira passaram a ser abordados com a obrigatoriedade da lei 10639 a partir de 2012.

O que se pode constatar é que no planejamento das aulas, o teor prático das diretrizes para educação e relações étnico raciais, não é discutido com bibliografia específica sobre ensino de história ou racismo na sala de aula, pilar básico da formação deste projeto focado na formação e qualificação de professores para o combate ao racismo por meio do conhecimento da história afro-brasileira e africana no Brasil, para desconstruir e desvelar preconceitos históricos.

Para alcançar conclusões mais consistentes, este trabalho e estudo exploratório devem se aprofundar na investigação da formação de professores mais perto da atualidade, seja em análise de planos de aula e currículos ou da prática, acompanhando as pesquisas mais recentes em direção à prática reflexiva na docência, contando a própria realidade e o conhecimento histórico como ferramentas.

**REFERÊNCIAS:**

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, DF, Outubro de 2014.

DA SILVA, Glaydson José. BATISTA DA SILVA, Jair. Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica, Cursos UNIAFRO: especialização em política de promoção da igualdade racial na escola. Módulo 1: Aspectos gerais da Educação e das relações étnico-raciais; Disciplina 3: Educação, racismo e antirracismo. Unidade 8: A lei 10639: Uma longa trajetória. São Paulo, 2015, p.1-11. Disponível em: [http://www.comfor.unifesp.br/wp-content/docs/COMFOR/biblioteca\\_virtual/UNIAFRO/mod1/Disc3-Unidade8-UNIAFRO.pdf](http://www.comfor.unifesp.br/wp-content/docs/COMFOR/biblioteca_virtual/UNIAFRO/mod1/Disc3-Unidade8-UNIAFRO.pdf) acesso em: 25 de setembro de 2015, às 22:40.

RÜSEN, Jörn. História viva: Teoria da história III – formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. Revista História da Historiografia, n. 2, março de 2009.

SOBANSKI, Adriane de Quadros. Conceitos de África: Conceito substantivo e a consciência histórica de estudantes brasileiros e portugueses 27º Simpósio Nacional de História – ANPUH: Conhecimentos histórico e diálogo social- Natal, RN, 22 a 26 de julho 2013.